

RESPOSTAS AOS RECURSOS

- Disciplina Língua Portuguesa
 Literatura Brasileira
 Raciocínio Lógico
 Noções de Informática
 Conhecimentos Específicos – Cargo: Docente I História

N° da Questão	Opção de Resposta por extenso	Parecer da Banca	Deferido ou Indeferido	Questão anulada ou Opção de Resposta correta
21	O avanço técnico e o aumento da produtividade, promoveu, se comparado ao período Carolíngio, uma diminuição da reserva senhorial, diminuindo assim a concentração de terras.	<p>Item do Programa: Idade Média: Sociedade medieval: economia, sociedade e organização política.</p> <p>Justificativa: Franco Jr. “A Idade Média e o nascimento do Ocidente”. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986. P. 29, 47; 48 e 49.</p> <p>DUBY, G., “Economia Rural E Vida No Campo No Ocidente Medieval”, Lisboa: Edições 70, 1988, 2 vols. Vol 1 p. 149-169.</p> <p>Segundo Hilário Franco Júnior, em estudo posterior ao citado na contestação, na Idade Média Central “diante do crescimento demográfico que se manifesta desde meados do século X, os mansos da época carolíngia foram divididos em lotes bem menores, com cerca de três ou quatro hectares, as tenências”. Depois, hilário ainda firma que “a reserva</p>	Indeferido	Gabarito Mantido

senhorial, por sua vez, também se viu reduzida devido a vários fatores. Primeiro, a necessidade de criação de novas tenências camponesas, o que apenas o desmembramento dos mansos não fazia na quantidade desejada. Segundo; o progresso das técnicas agrícolas permitia ao senhor obter maior produção com menos terra. Terceiro, os rendimentos senhoriais vinham então bem mais do exercício dos direitos de *ban* do que da exploração direta do solo (daí as baixas exigências feitas aos camponeses em troca de suas tenências). Quarto, na nova ordem social que se implantava desde fins do século X — o feudalismo — para estabelecer relações de vassalagem o senhor cedia terras sob forma de feudo”. Não se trata de negar que há um constante movimento de aquisição de novas terras por Senhores, mas a estrutura produtiva e política, o fazia redistribuí-la afim de manter ou aumentar seu status na hierarquia social.

Hilário, em outra passagem da mesma obra, cita Duby (48: I, 149-169) para descrever de maneira geral o que seria o “movimento de arroteamentos”, ou seja, de expansão interna desbravando de terras cultiváveis no próprio continente europeu e afirma que “o primeiro [arroteamento] deu-se pelo alargamento dos terrenos cultivados há muito tempo, através da ocupação das terras virgens limítrofes. Tais empreendimentos não foram realizados por monges como se acreditava até recentemente,

		<p>mas pelos nobres desejosos de estender seus senhorios e, principalmente, por camponeses que formavam propriedades às custas dos bosques senhoriais”(p.29). Fica portanto claro que, embora não pelos meios contemporâneos de propriedade privada, o acesso a terra aumentou na Idade Média Central.</p>		
23	<p>apresenta uma preocupação de catalogação e divulgação das riquezas naturais a serem exploradas no Novo Mundo.</p>	<p>Item do programa Idade Moderna: a América holandesa.</p> <p>Justificativa: FEITOSA, Susanna Busato. A terra, a tela e a letra. <i>Aletria: Revista de Estudos de Literatura</i>, [S.l.], v. 14, p. 198-210, dez. 2006, disponível em: https://bit.ly/2NmaOoL e QUINTAS, Georgia de Andrade. XXVI Encontro Anual da ANPOCS. <i>Albert Eckhout: o percurso de um olhar sobre a imagem etnográfica</i>. 2002. Disponível em: https://bit.ly/2QohHI0. AMBRIZZI, Miguel Luiz. O olhar distante e o próximo - a produção dos artistas-viajantes. 19&20, Rio de Janeiro, v. VI, n. 1, jan./mar. 2011. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artistas/viajantes_mla2.htm></p> <p>A questão se refere aos múltiplos objetivos da arte holandesa na América, e segundo, embora Feitosa afirme que “o artístico da composição destaca os pintores holandeses, sobretudo Albert Eckhout e Frans Post, de outros artistas viajantes que, sendo naturalistas e/ou botânicos, apenas registravam os espécimes</p>	Indeferido	Gabarito Mantido

		<p>vegetais e animais em desenhos ricos de detalhes para estudo posterior e catalogação da flora e fauna tropicais” não nega que os artistas também tinha a intenção de catalogar, ainda que fossem além em suas produções artísticas. Quintas observa que “é possível verificar que, de fato, não utilizou nenhum tema místico, alegórico ou religioso. Nota-se, no entanto, uma contundente vertente realística na busca pela apreensão visual dos motivos exóticos. Eckhout teceu um léxico visual sobreposto ao desejo de registrar, objetivamente, o universo desconhecido no qual vivenciou. A força de suas imagens projeta a visão artística holandesa sob duas concepções visuais: a naturalista e a documental. O entrelaçamento entre a ciência e a arte na cultura holandesa era uma tradição premente constitutiva das representações visuais do século XVII. Aliás, esse século, conhecido como a idade de ouro, era tangenciado pela arte de descrever. A ciência enfatizava os fatores práticos e descritivos, almejando o cientificismo. Tal busca pode ser confirmada em obras como “Historia naturalis Brasiliae”. Elly de Vries toma como base o enfoque tradicional de análise de Eckhout e ressalta o caráter documental desta produção artística. “[...] a tarefa do artista de documentar o Novo Mundo e a forma com que suas obras foram utilizadas como fonte científica sobre as plantas, os animais e os povos do Brasil. Elly de Vries estava entre os primeiros a chamar a</p>	
--	--	--	--

		<p>atenção para as importantes relações entre as pinturas de Eckhout e os cerca de 400 estudos, os <i>Theatri Rerum Naturalium Brasiliae</i>, que Nassau e os artistas levaram do Brasil quando voltaram a seu país” (BERLOWICZ, DUE, WAAEHLE, 2003, p. 25). Já Bia Corrêa do Lago afirma “O tratado de Piso e Marcgraf, <i>Historiae Naturalis Brasiliae</i>, publicado na Holanda (com obras de Eckhout) em 1648 sob patrocínio de Nassau, com suas ricas ilustrações da fauna e flora do Nordeste do Brasil, representa uma das “maiores contribuições científicas para o conhecimento da natureza do Novo Mundo” ainda de acordo com Lago, permaneceu como a “única obra ilustrada da história natural do Brasil disponível até o século XIX”. Portanto a obra tinha claramente a intenção de catalogar (sinônimo de cadastrar, inventariar, relacionar, classificar, inscrever ou registrar) a as riquezas naturais da fauna e da flora, assim como as etnias presentes na América.</p>		
24	<p>definição de uma colonização baseada na plantation, dentro dos padrões mercantilistas, tornando África e América economias interdependentes.</p>	<p>Item do programa: Idade Moderna; A escravidão na América portuguesa (escravidão ameríndia, escravidão africana, tráfico transatlântico e trabalho no Brasil, o cotidiano escravista na Colônia: resistência; rebeliões e quilombos).</p> <p>Justificativa: Alencastro, 2000. P 44 – 70.</p> <p>A contestação revela que o candidato leu “independentes” e não “interdependentes”</p>	Indeferido	Gabarito Mantido

		como está escrito na questão, ou seja, a dependência da produção da América em relação a mão de obra africana, formando assim um lucrativo comércio, como está descrito no texto da questão.		
25	a escravidão negra e escravidão indígena conviveram durante o século XVI e foram essenciais não só para a produção, mas para a manutenção do domínio da terra.	<p>Item do programa o Antigo Regime nos Trópicos: produção, sociedade, administração, poder e religião na América luso-brasileira; A escravidão na América portuguesa(escravidão ameríndia, escravidão africana, tráfico transatlântico e trabalho no Brasil, o cotidiano escravista na Colônia: resistência; rebeliões e quilombos) e América holandesa.</p> <p>Justificativa: Faria e Vainfas in: Vainfas, 2001. P. 205-209.</p> <p>A questão era para responder aquilo que ficava evidente no trecho da fonte do século XVII reproduzida no enunciado, nele ficava evidente o convívio entre escravos nativos e africanos e o uso dessa mão de obra como força militar. O candidato alega que havia “escravos com privilégios”, mas, além de tal afirmativa fazer mau uso da palavra privilégio já que no século XVII ela tem uma conotação muito diferente da contemporânea, essa informação não estava no trecho destacado na questão.</p>	Indeferido	Gabarito Mantido

26	<p>percepção da humanidade dos nativos, incentivando assim a desenvolver procedimentos capazes de atingir a sua sensibilidade.</p>	<p>Item do programa o Antigo Regime nos Trópicos: produção, sociedade, administração, poder e religião na América luso-brasileira</p> <p>Justificativa: Neves in: Vainfas, 2001. P. 326-328.</p> <p>Guilherme Pereira das Neves afirma que “o grande mérito dos jesuítas consistiu na percepção da humanidade dos nativos da América. Foi ela que os incentivou a desenvolver procedimentos capazes de atingir a sensibilidade dos nativos, aproximando-os da cultura cristã, como, aliás, fariam logo depois em seus colégios”. O autor deixa claro que o reconhecimento da humanidade foi o diferencial da atuação jesuítica. A promoção da educação, embora em grande parte jesuítica, foi também exercida na América por outras ordens religiosas, fazendo com que não seja esse o traço de destaque na atuação inaciana na América portuguesa.</p>	Indeferido	Gabarito Mantido
27	<p>I formulação de teorias científicas europeias, que permitiram a elaboração de interpretações acerca do atraso do país e condição dos habitantes.</p> <p>II apresentação de projetos de organização nacional sem que, contudo, pudesse ser afastada uma visão pessimista acerca do presente e do futuro da nação.</p>	<p>Item do programa: Ensino de História no Brasil: a história do ensino de História no Brasil</p> <p>Justificativa: GONTIJO, Rebeca; <i>Identidade nacional e ensino de história</i>. In. Shoiet, Raquel & Abreu, Martha; <i>Ensino de História</i>; Rio de Janeiro; Casa da Palavra; 2003. P. 55-83.</p> <p>Ainda que trabalhos como o texto de Martius e de Varnhagen já interpretassem, de modo geral, a miscigenação como fator positivo não</p>	Indeferido	Gabarito Mantido

	<p>III contribuição das ciências para a naturalização das diferenças socioculturais, estabelecendo correlações rígidas entre as leis da natureza e a sociedade..</p>	<p>foi o suficiente para neutralizar por completo a influência das teorias científicas que interpretavam negativamente a mistura de raça. A questão não se referiu diretamente à produção de nenhum autor em particular, mas em um momento embrionário de uma historiografia que se identificava como nacional. Segundo Gontijo, “Nas últimas décadas do século XIX, sobretudo a partir de 1870, afirmou-se uma crescente preocupação com a ausência de contato com a realidade do país, assim como ganhou espaço a constatação da inautenticidade da cultura brasileira resultante do que era compreendido como um longo trabalho de imitação das ideias e costumes estrangeiros. (...) Estavam em cena as então modernas teorias científicas europeias, fornecendo instrumentos adequáveis à explicação geral das diferenças. Com base nesse ideário científico, foram elaboradas interpretações sobre o atraso do país e a condição de seus habitantes, assim como foram apresentados projetos de organização nacional sem que, contudo, pudesse ser afastada uma visão pessimista acerca do presente e do futuro da nação. Esta visão pessimista acompanhava um processo de naturalização das representações sobre o homem e a sociedade, propiciado pelo paradigma das ciências naturais então vigente. A ciência contribuía para a naturalização das diferenças socioculturais, estabelecendo correlação rígidas entre leis da natureza –</p>	
--	--	---	--

		<p>formuladas com base na biologia – e a sociedade. Características físicas eram associadas a atributos morais e serviam como justificativa para o atraso social de algumas populações e para a afirmação da inviabilidade de progresso de determinados países, entre os quais o Brasil”.</p>		
35	<p>o teor sexista, ou seja, voltado às questões específicas do feminino, em contraposição às preocupações anteriores, associadas à luta por direitos sociais, de caráter geral.</p>	<p>Item do programa: Globalização, identidades e direitos civis: questões de gênero, étnico-raciais e direitos humanos no Mundo e no Brasil Contemporâneo; direitos das mulheres, dos jovens, das crianças, das etnias e das minorias culturais.</p> <p>Justificativa: Costa. <i>Gênero e história</i>. In.: Abreu e Soihet <i>Ensino de História – Conceitos, temáticas e metodologia</i>. (Org.) Rio de Janeiro: Casa da Palavra/FAPERJ, 2003.</p> <p>A questão aborda aquilo que diferenciou o movimento feminista nos anos 70, em momento algum afirma que as lutas por direitos do movimento anterior foram abandonadas, mas adicionadas pautas sexistas, que tratavam das necessidades específicas das mulheres. Segundo Costa, “a partir da década de 70, conhecimentos sobre a história das mulheres se multiplicaram, numa íntima associação com os movimentos feministas, ressurgidos, nesse período, com uma pauta de lutas reconhecidamente sexista, ou seja, voltada para as questões específicas do feminino, em</p>	Indeferido	Gabarito Mantido

		<p>contraposição às preocupações de gerações anteriores, associadas antes a lutas por direitos sociais, de caráter geral. Essas novas questões feministas traduziam, agora, uma experiência social marcada pelo advento da pílula anticoncepcional por toda a parte; ampliaram-se os poderes femininos quanto a decisões sobre a reprodução e o reconhecimento de que o pessoal é político” (p.190)</p>		
38	<p>a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica.</p>	<p>Item do programa Ensino de História no Brasil: as propostas curriculares para o ensino de História para os anos finais do ensino fundamental; Marcos legais: Lei 9394/96; Lei 10.639/03; Lei 11.645/08; PCN - História 5ª a 8ª série; MULTIEDUCAÇÃO e Orientações Curriculares de História 2012.</p> <p>Justificativa: BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília. P.17.</p> <p>A questão não trata da opinião do candidato, mas aquilo que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana afirma e, segundo este documento, “a obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes</p>	Indeferido	Gabarito Mantido

		<p>repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática. É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia". (p.17)</p>		
--	--	--	--	--

41	consulta e leitura de documentos jurídicos nacionais e tratados e declarações internacionais em sala de aula.	<p>Item do programa Ensino de História no Brasil: as propostas curriculares para o ensino de História para os anos finais do ensino fundamental; Marcos legais: Lei 9394/96; Lei 10.639/03; Lei 11.645/08; PCN - História 5ª a 8ª série; MULTIEDUCAÇÃO e Orientações Curriculares de História 2012.</p> <p>Justificativa: BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: História - 5ª a 8ª séries. v.6. Brasília: MEC/SEF, 1998. e BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais - Pluralidade Cultural. v. 10.2. Brasília: MEC/SEF, 1998. P. 164 - 165.</p> <p>A questão não trata da opinião do candidato, mas aquilo que o documento transversal da Pluralidade Cultural do atual PCN propõe como estratégia para a promoção da cidadania. De acordo com esse documento “cidadania é prática, e a escola tem meios de desenvolver essa prática para trabalhar com o aluno não só a busca e acesso à informação relativa a seus direitos e deveres, como o seu exercício. Assim, consultas a documentos jurídicos nacionais e tratados e declarações internacionais poderá ser feita em sala de aula, continuando trabalho desenvolvido nos ciclos anteriores. Da mesma forma, identificar e desenvolver alternativas de cooperação na melhoria da vida cotidiana na escola, na comunidade, na família é uma forma de prática de cidadania, no espaço imediato de vivência.</p>	Indeferido	Gabarito Mantido
----	---	--	------------	------------------

		<p>É importante também, entrelaçando com o tratamento dado à importância da imprensa, identificar situações na vida da comunidade, localidade, estado, país, que exigem ação reivindicatória, assim como ação de cooperação, entendendo a dinâmica de direitos e deveres. Em diferentes situações que se apresentem na vida diária da escola, será possível desenvolver uma atitude de responsabilidade do aluno pelo seu ser, como adolescente, exigindo respeito para si, cuidado com sua saúde, seus estudos, seus vínculos afetivos, sua capacidade de fazer escolhas e opções. Da mesma forma, é importante enfatizar conteúdo já mencionado no primeiro bloco, referente à valorização, pelo adolescente, das oportunidades educacionais de que dispõe, como elemento de formação e consolidação de sua cidadania, potencializando-as o máximo possível. Esse cuidado é particularmente importante, tanto para evitar o abandono dos estudos, como na percepção e atitude dos alunos em relação à escola como instituição voltada para o bem comum, a qual cabe valorizar, cuidar e proteger. Entrelaçando-se com Ética, é importante tratar da cidadania a partir de atitude de valorização da solidariedade como princípio ético e como fonte de fortalecimento recíproco". (p.164-165)</p>		
43	a identidade associada à ideia de pluralidade cultural e o estudo de	Item do programa: Globalização, identidades e direitos civis: questões de gênero, étnico-	Indeferido	Gabarito Mantido

	<p>sujeitos anteriormente negligenciados em nossa historiografia.</p>	<p>raciais e direitos humanos no Mundo e no Brasil Contemporâneo; direitos das mulheres, dos jovens, das crianças, das etnias e das minorias culturais;</p> <p>Justificativa: Azevedo, Célia Maria Marinho <i>Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada: século XIX</i>. São Paulo: Annablume, 2003 e ALONSO, Angela. Flores, votos e balas. Cia das Letras, 2015, p.363</p> <p>A questão relativa ao destino do ex-escravos foi pública e notória em discursos e discussões pela imprensa e está reproduzida em vários estudos e fontes. Seja de maneira preconceituosa, como Nabuco ao anunciar a educação para o fim dos “vícios africanos” na sociedade brasileira, ou por Luís da Gama que tentou realizar a ponte entre o abolicionismo europeizado e o mundo afro-brasileiro, todos concordavam a necessidade dos ex-escravos serem reinseridos na sociedade por meio de programas e tutela do Estado. (ver Azevedo, p. 139-145)</p>		
45	<p>não é um conceito portador de algo essencial, ou seja, para definir o significado é preciso refletir sua dimensão histórica.</p>	<p>Item do programa Ensino de História no Brasil: as propostas curriculares para o ensino de História para os anos finais do ensino fundamental; Marcos legais: Lei 9394/96; Lei 10.639/03; Lei 11.645/08; PCN - História 5ª a 8ª série; MULTIEDUCAÇÃO e Orientações Curriculares de História 2012..</p>	Indeferido	Gabarito Mantido

		<p>Justificativa: MAGALHÃES, Marcelo de Souza. <i>História e Cidadania: Por que Ensinar História?</i> In: ABREU & SOIHET (orgs), 2003. P. 176.</p> <p>A questão leva à reflexão sobre o papel do ensino de história na formação cidadã presente nos atuais PCNs. Nela está explícita a necessidade de apresentar aos alunos o percurso histórico do conceito de cidadania, para demonstrar, entre outros, que ele corresponde aos anseios e lutas políticas de cada época. A opção que afirma que a escola é dispensável para apreendermos o conceito de cidadania não está correta porque, ela pode dialogar com a comunidade e famílias, mas jamais ser dispensada da formação conceitual de cidadania.</p>		
48	a identidade associada à ideia de pluralidade cultural e o estudo de sujeitos anteriormente negligenciados em nossa historiografia.	<p>Item do programa: Globalização, identidades e direitos civis: questões de gênero, étnico-raciais e direitos humanos no Mundo e no Brasil Contemporâneo; direitos das mulheres, dos jovens, das crianças, das etnias e das minorias culturais;</p> <p>Justificativa: AZEVEDO, Cecília; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. <i>Identidades culturais</i>. In.: <i>Ensino de História – Conceitos, temáticas e metodologia</i>. Org. Marta Abreu e Rachel Soihet. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/FAPERJ, 2003.</p>	Indeferido	Gabarito Mantido

		<p>A questão se refere aos avanços das pesquisas históricas e suas influências na educação, algo já implementado pelo PCNs atuais. Sem dúvida o desdobramento de pesquisas que unem diferentes áreas de conhecimento e colocam em evidência minorias ou sujeitos poucas vezes protagonistas na história tradicional. Segundo Azevedo e Almeida “nos últimos anos, historiadores e antropólogos têm discutido, questionando e ampliando o conceito de identidade associando-o à ideia de pluralidade cultural e contribuindo para valorizar temas e sujeitos sociais anteriormente negligenciados em nossa historiografia. Estudos sobre negros, índio, populações migrantes e relações de contrato entre outros grupos mais variados ganham novas dimensões quando analisados à luz das recentes abordagens interdisciplinaridades da história e da antropologia.”</p>		
--	--	--	--	--